PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1087/XIV/2.ª

PELO CONTROLO PÚBLICO DA SPdH - GROUNDFORCE PARA GARANTIR A DEFESA DOS TRABALHADORES

A SPdH - Groundforce é a maior empresa de handling do país, responsável pela assistência em escala nas categorias de bagagem, carga e operações de pista nos principais aeroportos do país, designadamente Lisboa, Porto, Faro, Funchal e Porto Santo.

Só em 2019, foram movimentadas 139 mil toneladas de carga e 27 milhões de passageiros assistidos, com recurso frequente a horas extraordinárias, para grande esforço dos trabalhadores. A importância que a SPdH - Groundforce tem no comércio e no turismo é inquestionável, para além de representar um pilar do sector da aviação pela sua reconhecida capacidade operacional. E a sua viabilidade financeira tem sido comprovada, ano após ano, pelos seus resultados positivos e praticamente ausência de passivo. A SPdH - Groundforce é, assim, uma empresa estratégica sustentável para o sector da aviação e para o país.

Por isso, a situação atualmente vivida pelos 2400 trabalhadores da SPdH - Groundforce é inaceitável. Sem o pagamento dos salários desde fevereiro, os trabalhadores e as suas famílias estão a ver-se confrontados com dificuldades económicas no cumprimento dos seus compromissos. São vários os casos de carências de bens essenciais e de dificuldades no pagamento de rendas habitacionais. Acresce que caso a empresa não pague os salários até ao dia 12 de março, pode ser colocado em causa o pagamento do apoio extraordinário à retoma progressiva de que a empresa tem vindo a beneficiar. Manter a situação é empurrar para o desemprego e para a pobreza milhares de trabalhadores qualificados e absolutamente essenciais ao sector da aviação.

O Governo deve, por isso, agir em conformidade e resgatar para o controlo público uma empresa nuclear para o sector, em particular para a TAP - sua principal cliente e acionista com 49,9% das ações –, de modo a salvaguardar o pagamento de salários aos trabalhadores e garantir o fim do recurso a trabalhadores com vínculos precários. Importa notar que a empresa recorreu ao mecanismo de lay-off, que aplicou aos 2400 funcionários, e já "dispensou" quase um milhar de trabalhadores que prestavam regularmente serviço à empresa através de empresa de trabalho temporário ou contratos a termo.

Com o despedimento de trabalhadores e as trabalhadoras com vínculos precários, que estavam oportunamente ao seu serviço através de empresas intermediárias, percebe-se que a imposição da precariedade é uma estratégia empresarial consciente e que visa descartar a sua responsabilidade perante quem assegura o trabalho da empesa.

Apesar destas decisões com fortes efeitos nos trabalhadores e trabalhadoras, a SPdH – Groundforce é uma empresa com uma situação económico-financeira invejável, evidenciado pelo facto de em 2019 ter distribuído 11 milhões de euros de dividendos (relativos ao exercício de 2018) e se ter preparado para distribuir um bolo ainda maior relativamente ao exercício de 2019. Acrescente-se que, ainda antes de anunciar o recurso ao lay-off, a administração da SPdH-Grounforce tentou pressionar os trabalhadores para que fossem de "licença sem vencimento" ou que antecipassem os seus períodos de férias e, ainda, tentou colocá-los ao serviço de outras empresas. Também após ter pedido o acesso ao lay-off, a empresa dificultou a participação nas reuniões para informação das organizações de trabalhadores, obrigatórias por lei quando as empresas recorrem a este mecanismo. Estas foram algumas das situações denunciadas pela Comissão de Trabalhadores da SPdH-Groundforce, às quais somam o não pagamento do salário de fevereiro aos trabalhadores.

Também o Governo tem sido incapaz de ultrapassar o impasse formulado cautelosamente pelo acionista. A entrega das suas ações à banca privada, furtando-se às garantias, são evidentes da atitude do atual acionista que, sem qualquer consideração pelos compromissos firmados com os trabalhadores, tem colocado os seus próprios interesses em primeiro lugar.

Para este Grupo Parlamentar, a resposta à crise social e económica que o país enfrenta deve centra-se na manutenção do emprego e dos salários, no combate à precariedade e no reforço da proteção social. Por esse motivo, demos entrada de uma iniciativa com o intuito de resgatar para o controlo público a TAP e a SPdH - Groundforce (Projeto de Lei 345/XIV), precisamente para responder aos problemas que o sector da aviação civil enfrenta, salvaguardando o interesse público e os trabalhadores.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Nacionalize a SPdH – Groundforce através do resgate para o controlo público das ações do acionista privado Pasogal.
2. Garanta o pagamento dos salários em atraso e assegure a continuidade dos pagamentos salariais dentro dos prazos previstos por lei.
3. Acione uma estratégia para a empresa que limite o recurso a empresas de trabalho temporário e outros vínculos precários.

Assembleia da República, 11 de março de 2021.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Isabel Pires; Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua; Jorge Costa; Alexandra Vieira; Beatriz Dias; Fabíola Cardoso; Joana Mortágua; João Vasconcelos; José Manuel Pureza; José Maria Cardoso; José Soeiro; Luís Monteiro; Maria Manuel Rola; Moisés Ferreira; Nelson Peralta; Ricardo Vicente; Sandra Cunha; Catarina Martins